

## GLOBALIZAÇÃO E ESPAÇOS DE REFERÊNCIA IDENTITÁRIA

CARLOS PATRÍCIO<sup>1</sup>

**Resumo** – É frequente associar globalização, aumento de mobilidade e crescentes fluxos de informação com progressiva perda de importância quer do espaço como distância, quer do território como referencial de identidade. Promovendo mudanças de escala a mudanças de sistema, sistemas de redes a espaços de *não-lugares* e permeabilidade de espaços a falência de territórios, vivemos uma época de profunda crise ideológica em termos de organização espacial. Perante a ameaça de uma lógica de *espaços de partilha* em substituição de *espaços de pertença*, a afirmação de estratégias de *territorialidade nómada* como alternativa a soluções de *territorialidade sedentária*, e a perda de eficácia funcional do Estado-nação em questões de abrangência espacial, aquém ou além da sua escala de actuação, persiste, apesar de tudo, e parece até acentuar-se, uma forte ancoragem de tipo territorial, sobretudo aos níveis nacional, regional e local.

**Palavras-chave:** Espaço, território, *espaços de pertença*, *espaços de partilha*, *territorialidade nómada*, *territorialidade sedentária*.

**Abstract** – GLOBALIZATION AND SPACES OF BELONGING. Globalization, increasing mobility and the boost in information flows are usually associated with the gradual loss of importance both of space as distance, and of the territory as an identity referential. Promoting scale changes to global changes, network systems to spaces of *non-places* and space permeability to the failure of territory, we live in a time of deep ideological crisis in terms of space organization. Faced with the threat of a logic of *allotment spaces* replacing that of *spaces of belonging*, *nomadic territorial* strategies substituting *sedentary territorial* solutions, and the nation-State becoming less and less effective at addressing issues of spatial inclusion, above or below its operative scale, we find that a strong anchorage of a territorial nature, especially at the national, regional and local levels, seems to persist – and perhaps even increase.

**Key words:** Space, territory, *spaces of belonging*, *allotment spaces*, *nomadic territoriality*, *sedentary territoriality*.

---

<sup>1</sup> Professor Auxiliar do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. E-mail: carlospatricio@netcabo.pt

**Résumé** – MONDIALISATION ET ESPACES DE RÉFÉRENCE IDENTITAIRE. On associe souvent la mondialisation, la mobilité croissante et l'inflation des flux d'information à une perte d'importance, tant de l'espace-distance que du territoire comme référence identitaire. Nous vivons une époque de profonde crise idéologique en ce qui concerne les divers aspects de l'organisation spatiale. Devant la menace de la substitution d'une logique d'*espaces de répartition* à une logique d'*espaces d'appartenance*, devant le développement de stratégies de *territorialité nomade* au lieu de *territorialité sédentaire*, et la perte d'efficacité fonctionnelle de l'État-Nation dans le domaine de l'appartenance spatiale, en deçà ou au delà de son échelle d'action, il persiste, malgré tout, et semble même s'accroître un fort ancrage de type territorial, surtout aux niveaux national, régional et local.

**Mots-clés:** Espace, territoire, *espace d'appartenance*, *espace de répartition*, *territorialité nomade*, *territorialité sédentaire*.

## I. DA ALDEIA GLOBAL AO TERRITÓRIO LOCAL

Vivemos uma época de profundas transformações sociais, económicas, culturais e políticas, com reflexos evidentes na definição de espaços funcionais e de espaços de identidade ao nível nacional, regional ou mesmo local.

A importância dos meios de comunicação social, a melhoria dos diferentes tipos de acessibilidade e a consequente tendência para a uniformização dos padrões de comportamento parecem ter desencadeado uma dinâmica de mundialização dos problemas, com acentuada descaracterização de estruturas espaciais de referência.

Assim, é corrente associar aumentos de comunicação e livre circulação de pessoas, ideias ou bens, com progressiva quebra ou permeabilização de barreiras, com alterações substanciais da percepção ou da representação, com desvalorização afectiva e simbólica de espaços de referência identitária e acentuados sinais de progressiva massificação.

Neste contexto, a crescente internacionalização da vida económica e social, sobretudo na sua dimensão política transnacional, parece exigir, pelo menos em termos económicos, tempos de acção e reacção que tendem a provocar situações de possível subversão ou, pelo menos, subalternização da componente territorial no conjunto das relações sociais.

Aceitando, pelo menos ao nível dos princípios, que a resolução de muitos problemas se situa aquém ou além das fronteiras nacionais, parece lógico admitir que o Estado-nação se tem vindo a revelar «demasiado pequeno para a resolução de grandes problemas e demasiado grande e distante para entender e resolver capazmente os pequenos problemas de ordem local» (BELL *in* CRUZ, 1992: 838).

Será lícito pensar, no entanto, que fenómenos de crescente globalização e a consciência generalizada da sua imparável dinâmica arrastarão consigo a derrocada de um mundo de bandeiras, línguas, religiões, fronteiras e tradições?

Segundo penso, parece difícil uma tal conversão. Destruída a fronteira ideológica da interposição nacional entre a economia-mundo e a *experiência*

local, a escala mundial teria que assumir, em simultâneo e sem disfarces, quer o comando económico, quer o comando ideológico efectivo, exigindo esquemas de integração económica, social e cultural, dificilmente imagináveis, apesar de tudo.

Assim, embora admitindo que os diferentes fenómenos de mundialização podem conduzir à crescente distorção dos arquétipos tradicionais em que vulgarmente vinham assentando, quer a formação, quer o desenvolvimento das diferentes relações sociais de produção, convém sublinhar, no entanto, que a presunção, por vezes aventada, da progressiva substituição de um *espaço de lugares* por um *espaço de fluxos* se arrisca a desenhar um quadro de evolução demasiado simplista e de gestão insuportavelmente complexa pois o inevitável aumento de entropia correspondente ao processo de massificação e respectiva «passagem de uma situação padronizada para uma situação de aleatoriedade sistemática» (GELLNER, 1993: 99), pode obrigar a cuidada articulação de níveis funcionais ainda não padronizados e dificilmente previsíveis em toda a sua extensão.

Nesta perspectiva, parece adiada, por enquanto, a visão pessimista de BENEDICT ANDERSON (1983) para quem «a comunidade hoje não existe senão enquanto comunidade imaginada, isto é, ficcional, [e] onde os sentidos de pertença e de reconhecimento da identidade-subjectividade são projectados num acto desesperado e nostálgico da vontade individual» (ANDERSON *in* FORTUNA, 1991: 274).

Após um período de inegável desmobilização face à crescente mundialização de dependências e à convicção generalizada do inevitável agravamento das disparidades regionais existentes, vivemos num espaço de dinâmicas contraditórias de integração e de descentralização e num tempo em que, paradoxalmente, se derrubam fronteiras e se proclamam autonomias.

Utilizando uma sugestiva metáfora de Carlos Fortuna, quase poderíamos afirmar que, «em contraponto a uma longa e lenta implosão guiada pela crença na homogeneidade e universalização culturais, explodem hoje, com intensidades sem precedentes, particularismos e heterogeneidades culturais diversas» (FORTUNA, 1991: 268-269).

A frustração resultante do actual imaginário de carências e o sentimento generalizado de que o espaço terrestre se tem convertido em «espaço funcional de uns poucos e região de mitos para consumo de todos», (FRÉMONT *in* CAPEL, 1973: 130) parece conduzir, de facto, à fadiga dos *hiper-territórios*, provocando, inclusive, através do empolgamento da variável temporal, a recuperação dos arquétipos estruturantes que, habitualmente, povoam a memória de um espaço local ou regional ameaçado.

Tal como sugerem, alegoricamente, alguns textos de Armand Frémont, sobretudo em *A Região Espaço Vivido*, a casa que fixa <sup>2</sup>, o campo que se renova,

---

<sup>2</sup> A este respeito, vale a pena recordar, também, sugestivas passagens de *La Poétique de l'Espace* de GASTON BACHELARD (1989: 26-27).

a memória dos antepassados que perdura, parecem constituir, afinal, a negação instintiva da morte ou a ilusória travagem do tempo, numa desesperada tentativa de sobrevivência ou, como diria Fernando Catroga, «num protesto, de fundo metafísico, contra a finitude da existência» (CATROGA, 2001: 28). Miguel Torga, num dos seus Diários, sintetiza, de forma admirável, esta ideia: «S. Martinho de Anta, 15 de Setembro de 1979 – A casa nativa. O retiro sagrado da memória. A eternidade paralisada» (TORGA, 1983: 111).

Acossado por uma mitologia de espaços que ultrapassam, largamente, a sua anterior dimensão perceptiva, o *cidadão comum* parece recusar, de facto, a vertigem alucinante da chamada *aldeia global*.

Thomas Friedman, apóstolo convicto da globalização/*americanização*, faz, sobre este assunto, declarações peremptórias e insuspeitas. Na sua perspectiva, «o desafio nesta era da globalização – tanto para os países como para os indivíduos – é encontrar um equilíbrio saudável entre a preservação de um sentimento de identidade, casa e comunidade e fazer o que tem de ser feito para sobreviver no novo sistema. [...]. Mas ninguém deve alimentar a ilusão de que simplesmente participar nesta economia global bastará para tornar uma sociedade saudável. Se o preço dessa participação for a identidade de um país, se as pessoas sentirem que as raízes da sua oliveira estão a ser esmagadas, ou arrastadas, pelo sistema global, essas raízes revoltar-se-ão. Erguer-se-ão e estrangularão o processo» (FRIEDMAN, 1999: 70-71). E é consciente da sua verdade e da difícil correlação de forças e sentimentos envolvidos que Friedman assegura que «a sobrevivência da globalização como sistema dependerá, em parte, de como conseguirmos atingir esse equilíbrio» (FRIEDMAN, 1999: 71).

Apesar da repetida denúncia de um provável declínio das identidades, a par da correspondente subalternização do território, como consequência inevitável da progressiva estandardização, quer nivelando diferenças, quer destruindo espaços de referência, quer dilatando espaços de contiguidade ou de proximidade, o fim anunciado das comunidades territoriais parece, assim, definitivamente adiado. De resto, a continuada afirmação de identidades comunitárias alternativas apenas confirma e reforça a crescente importância da vertente cultural e o crescente investimento emotivo, quer em termos de *patrimónios de herança*, quer em termos de diversidade cultural identitária, tornando pouco credíveis cenários de completa homogeneização num mundo transformado, segundo Treitschke, «numa mixórdia cosmopolita e primitiva».

Num artigo dedicado à sua Beira Baixa natal, Alçada Baptista resume, de forma notável, o progressivo desconforto e a natural reacção de uma comunidade de referência em defesa da sua integridade física e cultural. Segundo ele, «as pessoas sentem esse perigo e [...] há sentimentos e movimentos que vão impedir essa derrocada final. Estes movimentos não são racionais: é o próprio instinto de sobrevivência que vai organizando atitudes e acções donde pode resultar outra vez uma personalidade regional que refaz a história de um lugar com uma personalidade que o identifica (BAPTISTA, 2000: 34-35). E Alçada Baptista remata: ... «salvaguardar e restaurar a identidade de uma região

podem salvar-nos de uma uniformização que seria um retorno ao nada» (BAPTISTA, 2000: 35).

Apesar da crescente euforia cosmopolita de muitos e do manifesto voluntarismo globalizante de alguns, persistem, afinal, sinais de defesa intransigente de espaços locais, regionais ou nacionais de referência. E tais comportamentos parecem traduzir, de forma eloquente, o reflexo instintivo de uma atitude de sobrevivência ameaçada, quer em termos funcionais, quer em termos identitários.

Com efeito, embora a divisão económica seja muito *mais natural* que a divisão política, é sobretudo esta última que se herda e que perdura através da representação mítica de um espaço cuja racionalidade funcional pode ou não corresponder a parâmetros de racionalidade económica mas cuja operacionalidade invariavelmente se ajusta ao ritual de pendulação com tempos e distâncias de um espaço que se vive e se preserva.

Como confessava Yaron Ezrahi, «há duas maneiras de fazer uma pessoa sentir-se sem lar: uma é destruir-lhe a casa e a outra é fazer que a casa dessa pessoa se torne igual às casas de todas as outras pessoas» (FRIEDMAN, 1999: 323).

## II. A GLOBALIZAÇÃO E OS PROCESSOS DE CRESCENTE DESTERRITORIALIZAÇÃO

Justificando boatos de uma previsível quebra de importância, quer do espaço, quer de versões renovadas da distância, no campo da Geografia, ciência eminentemente ligada à relação homem-meio, ao ordenamento do território e à interpretação e descodificação das suas diferentes estruturas, depressa foi decretada a morte súbita de modelos tradicionais de organização espacial e anunciada a conseqüente insignificância, a curto ou médio prazo, do próprio saber geográfico.

Constituindo, pela sua clareza, um proveitoso ponto da situação, num artigo de 1992, Sénécral faz, a tal respeito, as seguintes considerações:

«A retrospectiva da recente literatura das publicações científicas em geografia põe em confronto duas leituras dos factos do território; a primeira coloca o acento [tónico] sobre a capacidade das sociedades se atribuírem representações, símbolos, uma maneira de compreender e traduzir a sua própria história e o seu ambiente, tendo como resultado, finalmente, a expressão de uma identidade, quer espacial, quer comunitária; a segunda anuncia o declínio das identidades e o fim dos territórios sob as forças da estandardização, que nivelam as diferenças até à destruição dos espaços de referência e do quadro de vida, cujo efeito mais sentido acaba por ser a mobilidade dos indivíduos: contiguidade e proximidade dilatam-se num novo ambiente tecnológico que reduz a nada o critério da distância. O indivíduo constrói então o seu próprio espaço de referência, identifica-se a lugares que não correspondem já ao seu bairro, à sua região, nem mesmo ao seu país. Ele experimenta, antes de mais, redes, trajectos, deslocando-se em corredores (rodoviários, ferroviários, aéreos) dum ponto a

outro, ligando lugares separados por grandes distâncias. As redes de comunicações sofisticadas (telefonía, cabo, telemática) acentuam ainda mais a inadequação entre o indivíduo e o seu meio ambiente imediato. [...]. Pode-se concluir que o estudo da vida quotidiana e da sua projecção sobre o espaço, tanto das suas formas mentais como das suas práticas vividas, conduz a aspirar ao fim das comunidades e, por extensão, de toda a identidade territorial estável?» (SÉNÉCAL, 1992: 29-30).

Na verdade, «inventado no caos de um feudalismo terminal, para transcender os particularismos, ultrapassar as diferenças e as singularidades [...e inscrito] numa estratégia que promovia o universal e se impunha como uma obra eminentemente política, conferindo à relação de cidadania a precedência sobre os particularismos microssociais» (BADIE, 1996: 120), o território parece, de repente, começar a ser vítima da lógica imanente à sua própria razão fundadora.

Em termos exemplares, merecem especial referência, neste aspecto, os mercados bolsistas e as poderosas redes financeiras internacionais com crescente fluidez de transacções e progressiva desvinculação de tutelas territoriais.

Assim, embora rejeitando o demagógico e metafórico discurso do aparente regresso a um novo feudalismo caracterizado pela crescente importância de fidelidades de natureza pessoal, com progressiva desvinculação territorial e previsível fragmentação de soberanias, é difícil não dar conta do súbito desenvolvimento de novas e antigas redes de relações económicas, culturais, religiosas ou outras que, transpondo as tradicionais barreiras de referência territorial, tendem a consolidar, aparentemente sem limitações de carácter espacial, um tecido complexo de redes sociais de solidariedade, de dependência económica, de comunhão religiosa ou de fraternidade ideológica, fragilizando, inviabilizando ou destruindo os antigos e acanhados espaços de controlo territorial.

Porém, embora a simples aceitação deste cenário seja politicamente correcta, pelo menos em termos de senso comum, e pontualmente ajustável a meia dúzia de casos de notória visibilidade, dificilmente se poderá justificar, pelo menos em termos de lógica formal, a aceitação do lugar subalterno da capacidade estruturante do conjunto das relações sociais. Tal postura, a ser aceite, representaria uma completa inversão de valores, dificilmente defensável em termos conceptuais, sobretudo tendo em conta que não existem, na realidade, verdadeiros processos espaciais mas sim manifestações espaciais de verdadeiros processos sociais.

Num texto sobre espaço mediático e questionando, precisamente, a actual confusão hierárquica de valores, Jean-Pierre Garnier faz, a propósito, os seguintes comentários:

«Contrariamente a uma visão *naïve* sempre tenaz apesar dos constantes desmentidos da experiência, as telecomunicações não eliminam o espaço: elas criam um outro tão diferenciado quanto aqueles [que] já [foram] inventariados, [...]» (GARNIER, 1986: 118).

«Fascinados pelo surto imparável da telemática e, nomeadamente, pelo sucesso do videotexto, que se supõe poderem levantar as barreiras físicas que constituíam obstáculo à comunicação, certos adivinhos da galáxia McLuhan declararam já caduca a oposição entre o ‘intra-muros’ e o ‘extra-muros’ no seio das grandes aglomerações. É caso para perguntar, então, porque é que as camadas favorecidas persistem em querer residir na cidade de Paris onde o preço dos apartamentos e dos alugueres continuam a aumentar, enquanto as camadas populares se vêem cada vez mais lançadas para a periferia. É no centro direccionado de La Défense e não numa qualquer comuna da periferia, nem mesmo numa cidade nova, que será implantado o Carrefour internacional da comunicação [...]. As redes electrónicas onde circula a informação são organizadas segundo uma estrutura hierárquica e centralizada que não faz outra coisa senão duplicar e reproduzir, e portanto consolidar, no espaço mediático, a hierarquização e a centralização próprias da estrutura do espaço social, quer ele seja considerado sob o ângulo institucional, económico, político ou cultural» (GARNIER, 1986: 117-118).

Assim, embora a coberto de *uma nova gramática do espaço* ou da sua virtual eliminação como território, se promovam mudanças de escala a mudanças de sistema, se converta a crescente mobilidade em variável independente e se afirme a normalização de redes à margem de escalas ou sensibilidades, parece difícil negar, mesmo ao nível da constituição e funcionamento dessas redes, a persistente lógica centralizadora de uma actividade focal porventura ampliada, a definição de áreas de influência com a correspondente marcação de limites e a hierarquização de arcos e nós com a paradoxal e reforçada capacidade centralizadora de alguns deles em virtude da própria eficácia descentralizadora, quer das novas tecnologias, quer dos novos compromissos de relação.

Na verdade, que significa, afinal, a integração da Ásia Oriental na grande rede de relações ao nível global senão a criação de «verdadeiros territórios económicos diferenciados, reflexos de novas desigualdades e de uma divisão do trabalho que confere ao Japão a produção dos bens mais sofisticados, aos NPIS a dos bens intermédios e aos países da ASEAN, bem como às zonas costeiras chinesas, a dos bens de consumo de massas?» (BADIE, 1996: 216).

Por muito que se pretenda acentuar, de forma expressa ou subliminar, a ideia de uma estreita conotação entre globalização, sistema de redes e desterritorialização, parece por demais evidente a continuada persistência e a renovada importância de referenciais identitários de carácter territorial.

Por alguma razão, a par da crescente *globalização do económico*, se tem acentuado, e nas suas mais diversas modalidades, a *territorialização do social*.

Frequentemente apontadas como exemplo vivo da desterritorialização levada ao extremo sobretudo pelo carácter denso e eficaz da sua organização associativa e da sua aparente desvinculação ao controlo territorial do Estado, as diferentes diásporas, embora com naturais fracturas no seu interior, traduzem bem, na maioria dos casos, a necessidade profunda da preservação de um espaço de referência identitária sistematicamente mobilizável, quer como pretexto de

unidade contra possíveis situações de xenofobia, quer como reforço de coesão solidária, quer como demonstração organizada da sua capacidade negociadora. Constituindo, por vezes, comunidades de grande peso económico<sup>3</sup>, como são, por exemplo, os casos da diáspora chinesa no Sudeste Asiático, da diáspora norte coreana no Japão, da diáspora indiana nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha, em Hong-Kong, na África e no Médio Oriente, tais comunidades constituem, afinal, quer pelo peso da sua importância económica, quer pela coesão identitária que preservam, interlocutores indispensáveis nos meandros de uma nova filosofia de regulação transnacional e paradigmática manifestação da capacidade agregadora de simbólicos territórios de referência.

Claro que não pretendemos com este tipo de argumentação ignorar ou camuflar a dimensão transnacional de muitas relações e de muitos problemas, a gestão transcontinental de bens escassos e entretanto considerados património da Humanidade e a escala supranacional a que, necessariamente, se recorre na procura das soluções mais ajustadas, sendo disso exemplo flagrante as sucessivas Conferências do Ambiente, desde Estocolmo (1972) a Toronto (1988), do Rio de Janeiro (1992) a Quioto (1997), e de Buenos Aires (1998) a Joanesburgo (2002). A evolução técnica, que facilitou contactos, aproximou problemas, e nem sequer se põe de lado a já velha e citada questão, sinteticamente enunciada por Daniel Bell, segundo a qual o Estado-nação se terá tornado, «demasiado pequeno para a resolução de grandes problemas e demasiado grande e distante para entender e resolver capazmente os pequenos problemas de ordem local» (BELL *in* CRUZ, 1992: 838). Só que mudança de escala não significa mudança de sistema e a referência territorial continua a ser, de facto, uma ancoragem indispensável à estabilidade e à própria sobrevivência do sistema. Como sentencia Paul Claval, «a escala de identificação mudou, mas o papel da territorialidade confirma-se» (CLAVAL, 1985: 264).

Segundo Marc Augé, «é bastante significativo que, ao falar-se [...] da Europa dos Doze [hoje, Europa dos Vinte e Cinco] ou da Nova Ordem mundial, a questão que se coloque imediatamente seja mais uma vez a da localização do verdadeiro centro de uma ou de outra: Bruxelas (para já não falar de Estrasburgo) ou Bona (para não mencionar Berlim?) ou Nova Iorque e a sede da ONU, ou Washington e o Pentágono? O pensamento do lugar persegue-nos sempre e o «ressurgimento» dos nacionalismos, que lhe confere uma actualidade renovada, poderia ser visto como um «retorno» à localização de que o Império, enquanto

---

<sup>3</sup> Além da diáspora indiana, a comunidade estrangeira mais rica nos Estados Unidos em 1993, e que, na Grã-Bretanha, 60% do comércio de retalho independente e assegurava 10% das exportações de Hong-Kong, o activo próprio de toda a diáspora chinesa do Continente Asiático eleva[va]-se, aparentemente, [então,] a 2000 milhões de dólares americanos, o seu PNB ultrapassa[va] os 500 mil milhões e as suas reservas em divisas chega[va]m aos 217,8 mil milhões de dólares, ou seja, muito mais que as dos Estados Unidos e do Japão juntas. (Courrier International de 2 de Dezembro de 1993: 24-26 e Courrier International de 25 de Novembro de 1993: 12 *in* BADIE, 1996: 274).



prefiguração suposta do género humano por vir, parecia ter-se afastado» (AUGÉ, 1994: 118-119).

Embora admitindo que «as nossas sociedades contemporâneas produzem cada vez menos território e cada vez mais espaço [...e que] o indivíduo se torna errante e já não enraizado» (BONNEMAISON, 1981: 261) e embora considerando que o Estado-nação, enquanto território de referência está em vias de perder, segundo alguns, a sua '*diferenciação agregadora*' perante aquilo a que Daniel Bell chamaria uma '*desagregação unificadora*', (BELL, 1976, in FORTUNA, 1991: 276) parece poder considerar-se como verdade adquirida, a persistência da territorialidade ou até de uma nova '*reterritorialização*', correspondente à chamada *Terceira Modernidade*, se aceitarmos o «esquema das três modernidades» de Jean-Paul Ferrier com um período de acentuada '*desterritorialização*' ao longo da *Segunda Modernidade*<sup>4</sup>.

Utilizando a linguagem de Bonnemaïson, se o espaço é errância e o território enraizamento, será no equilíbrio, sempre instável, «entre o território e o espaço, entre a segurança e o risco, entre o fixo e o móvel, entre a perspectiva sobre si – etnocêntrica – e a perspectiva em relação aos outros» (BONNEMAISON, 1981: 261), que poderá ser viável a nossa existência colectiva.

Apesar da eficácia pontual dos '*hiper-territórios*', sobretudo em termos funcionais, parece, de facto, pouco credível que, em termos identitários, o seu peso geosimbólico possa constituir uma séria alternativa ao *território nacional* como espaço de referência. E se, como refere Yi-Fu Tuan, «a topofilia soa falsa quando é manifestada por um extenso território» (TUAN, 1980: 116), igualmente a pretensa *cosmofilia* subjacente a algumas interpretações da conhecida frase, atribuída a Sócrates, '*não sou grego nem ateniense, mas sim um cidadão do mundo*', representaria, por certo, no actual sistema de relações, uma verdadeira impossibilidade teórica e prática.

Como afirma Claude Lévi-Strauss (1975: 88-89) em *Raça e História*, se considerarmos «a noção de civilização mundial como uma espécie de conceito limite [...], não existe nem pode existir uma civilização mundial no sentido absoluto que damos a este termo, uma vez que a civilização implica a coexistência de culturas que oferecem entre si a máxima diversidade e consiste mesmo nessa.» Ou seja, o espaço territorializado ou apropriado é cultura, cultura é diversidade e a perda de diversidade traduz-se, inevitavelmente, em perda de autonomia.

Parece ser nesse espaço carregado de sentido e resultante do precipitado arqueológico de ideologias ou estratégias de sucessivos processos históricos que, afinal, se tece, ao longo do tempo, o complexo sistema de referências e valores que, com ou sem expressão normativa, serviram de códigos de interpretação e regulação de um *território de pertença* ou *de partilha*, com maior ou menor profundidade temporal.

---

<sup>4</sup> Ver, sobre o assunto, FERRIER, 1990: 28-29.

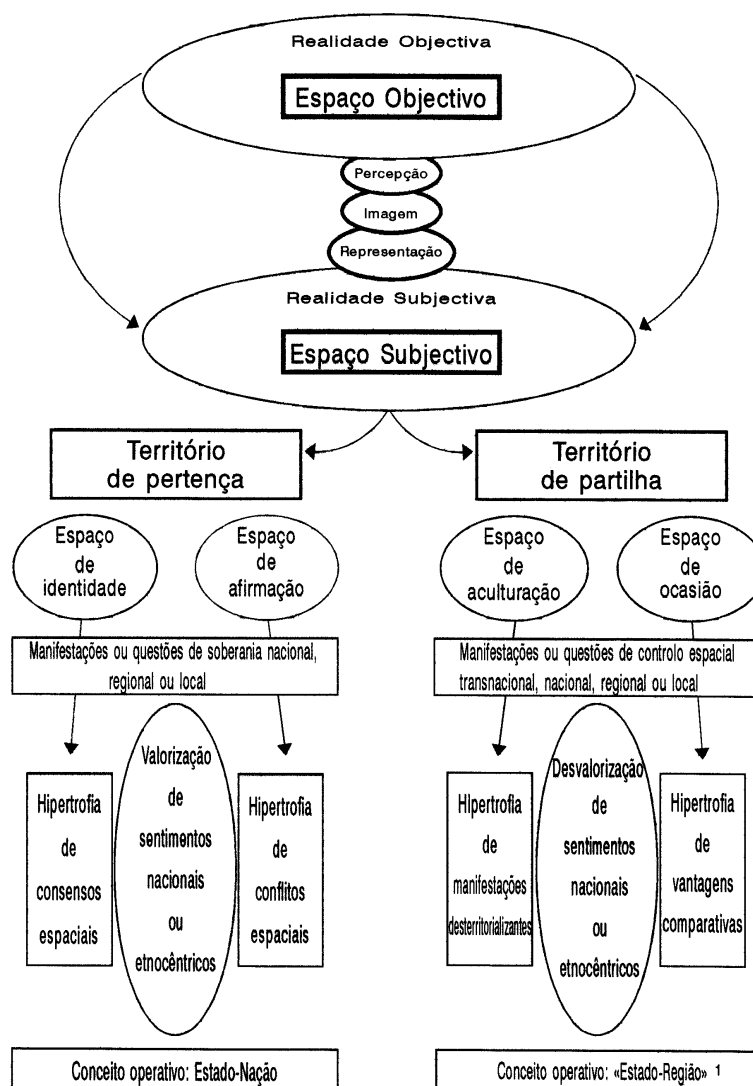
Como pode verificar-se na figura 1, e admitindo, em termos ideológicos, a divisão do espaço em *territórios de pertença* e *territórios de partilha*, enquanto nos primeiros existe, teoricamente, a predominância de manifestações ou questões de soberania nacional, regional ou local, consubstanciada na persistente valorização de sentimentos nacionais ou etnocêntricos, através da hipertrofia de consensos ou conflitos de carácter espacial, nos segundos existe, por seu turno, a predominância de manifestações ou questões de controlo espacial ao nível transnacional, nacional, regional ou local, consubstanciada na persistente desvalorização de sentimentos nacionais ou etnocêntricos, com fomento e generalizada hipertrofia de manifestações desterritorializantes e prioritária atenção a questões relacionadas com estratégias de oportunidade ou vantagens comparativas, convertendo o território em *espaço de aculturação* alienante ou mero *espaço de ocasião*.

Dada a importância da coesão ideológico-simbólica do *território de pertença*, do peso das representações do seu imaginário colectivo e das narrativas e mitos fundadores da sua história real ou imaginada, nesta perspectiva, «as ideologias territoriais encontram muitas vezes a sua justificação na recordação das gerações que se sucederam sobre o mesmo território, que o têm fecundado, que aí têm sofrido e que o têm preparado para a sociedade presente» (CLAVAL, 1985: 264).

Regido, em termos ideais e genéricos, no seu aspecto funcional, segundo os habituais padrões de um *paradigma territorialista*, sobretudo ao nível regional e local, e obedecendo a um poder administrativo ajustado à tipologia genérica de Nação nas suas diferentes escalas e acepções, o *território de pertença* pode, em termos teóricos, manter níveis de estabilidade económica, social e cultural condizentes com estratégias endógenas de uma evolução sustentada e sustentável e sem danos importantes, quer ao nível da preservação da sua memória colectiva, quer ao nível da manutenção e reforço da sua liberdade autónoma.

De resto, e por mais paradoxal que isso pareça, será, possivelmente, na viabilidade desse espaço de referência, funcionando como contrapeso dos incomportáveis níveis de entropia, inerentes à normalização hegemónica do espaço, que poderá assentar, em última instância, a recuperação de uma *biodiversidade* indispensável ao normal funcionamento da tão apregoada *aldeia global* que, a este ritmo, estaria condenada, a médio prazo, à completa inoperância funcional e à irrecuperável indigência cultural de um *espaço sem sentido*.

Como avisadamente recordam Françoise Paul-Lévy e Marion Segaud, «na medida em que o dispositivo simbólico não pode ‘funcionar’ sem a noção de descontínuo, sem a noção de limite, na medida igualmente em que toda a organização espacial requer descontinuidade, requer o uso e o jogo dos limites, [... é urgente] considerar a delimitação como um elemento fundamental na constituição e representação dos sistemas espaciais das sociedades» (PAUL-LÉVY; SEGAUD, 1983 in SILVANO, 2001: 65).



1 - O «Estado-Região», na terminologia do japonês Kenichi Ohmae, obedece, apenas, na sua configuração, aos traçados dos fluxos económicos e à geografia invisível do mercado.

Fig. 1 – Diferentes aceções do *espaço subjectivo* como realidade social  
 Fig. 1 – Different ways of understanding the subjective space as a social reality  
 [Extraído de PATRÍCIO, 2002: 180]

Quanto ao *território de partilha*, dado o progressivo desenraizamento da sua população, dada a progressiva e acelerada perda de referenciais identitários,

dada a sua grande permeabilidade cultural, é um espaço sujeito a crescente instabilidade sócio-cultural, com progressiva perda de autonomia e onde o poder administrativo do chamado 'Estado-Poder' ou 'Estado-Região', conforme a terminologia de Kenichi Ohmae, tenderá a conjugar, dentro de um *paradigma produtivista*, a criação de espaços de carência pela via do consumo normalizado de massas e com acções de deslocalização da produção ao sabor de vantagens comparativas conjunturais e à boleia da banalização de uma *territorialidade nómada* num espaço expurgado de referências de *origem* mas atravancado de estereótipos *made in lugar nenhum*.

À custa de fortes investimentos na circulação e na comunicação, parece desenhar-se, neste caso, a procura premente de normalização ou uniformização de gostos, mitos e carências, acompanhada da desterritorialização característica de estratégias de desenvolvimento funcional do *paradigma produtivista*, tentando, assim, conciliar o inconciliável através do confronto, estrategicamente desvalorizado mas socialmente inaceitável, entre a territorialidade abstracta, instável e conjuntural das multinacionais (*territorialidade nómada*) e a territorialidade concreta, estável e de grande poder simbólico da maioria da população (*territorialidade sedentária*), ou seja, impondo a prevalência de uma estratégia de *tempo curto*, a das multinacionais, sobre a estratégia de *tempo longo* de populações enraizadas.

### III. CONCLUSÃO

Dada a notória falência de ideologias de pretensão universalizante e a reconhecida carência de soluções alternativas, embora o conhecimento do mundo se alargue e a mobilidade se acentue, a questão das identidades nacionais e culturais manter-se-á, apesar de tudo.

Aliás, será à sombra de *territórios de pertença*, com vincados referenciais de identidade espacial e, por isso mesmo, com acentuados níveis de estabilidade económica, social e cultural, que poderão desenvolver-se estratégias endógenas de uma evolução sustentada e sustentável em padrões condizentes com *paradigmas de tipo territorialista*.

Perante a crescente desvalorização de referenciais de identidade espacial, é provável que o '*espaço imaginado*', ou melhor, a '*dimensão imaginada do espaço*' venha a ganhar amplitude horizontal, mas acabará por perder, em tais circunstâncias, a dimensão identitária da sua correspondente profundidade temporal impedindo, assim, à nascença, o triunfo da '*mixórdia cosmopolita e primitiva*' de que falava Treitschke, onde passaríamos a viver à tona de um espaço de anonimato e de progressiva falência cultural, de que restariam apenas, na breve espuma dos dias, detritos mas não testemunhos, cicatrizes mas não lembranças, sinais de velhice mas não histórias de vida.

Por muito que custe aos arautos da globalização massificante e hegemónica, *ninguém mora no mundo em geral*, e o sentimento de identidade territorial,

embora difícil de definir, mas impossível de negar, parece destinado a converter-se em marco geodésico da nossa capacidade de orientação e em matriz de referência semântica da nossa posição relativa em diversas escalas de envolvimento, funcionando como «*santo e senha*» na nossa acrescida relação com o diferente.

Conforme acentua Onésimo Almeida, *a identidade, sendo diferença, não implica oposição e por isso nada tem de necessariamente anti-universal. [...] Ao longo da vida, a nossa identidade vai-se alargando (deve alargar-se) para o universal. Mas todo o universal tem o seu chão* (ALMEIDA, 1995: 67).

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, O. T. (1995) – Em busca de clarificação do conceito de Identidade cultural – O caso açoriano como cobaia. *Actas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores*, Açores: 65-68.
- AMARAL, C. E. P. (1998) – *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias. Regionalismo, subsidiariedade e autonomia para uma nova ideia de Estado*. Edições Afrontamento, Porto.
- AMARO, R. R. (1991) – Lógicas de espacialização da economia portuguesa. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 10: 161-182.
- AUGÉ, M. (1994) – *Não Lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Bertrand Editora, Venda Nova.
- BACHELARD, G. (1989) – *A Poética do Espaço*. Livraria Martins Fontes Editora Lda., S. Paulo.
- BADIE, B. (1996) – *O Fim dos Territórios. Ensaio sobre a Desordem Internacional e sobre a Utilidade Social do Respeito*. Instituto Piaget, Lisboa.
- BAPTISTA, A. (2000) – Beira Baixa. Saudade da terra. *Revista Expresso*, 1455: 28-35.
- BONNEMAISON, J. (1981) – Voyage autour du territoire. *L'Espace Géographique*, X(4): 249-262.
- CAPEL, H. (1973) – Percepción del medio y comportamiento geográfico. *Revista de Geografía da Universidade de Salamanca*, VII (1 e 2): 581-50.
- CATROGA, F. (2001) – *Memória, História e Historiografia*. Quarteto Editora, Coimbra.
- CLAVAL, P. (1985) – Les idéologies spatiales. *Cahiers de Géographie du Québec*, 29(77): 261-269.
- DA CRUZ, M. B. (1992) – Europeísmo, nacionalismo, regionalismo. *Análise Social*, XXVII(118-119): 827-853.
- FERRIER, J-P. (1990) – Savoir lire les lieux: Plaidoyer pour une géographie composante majeure des sciences morales et politiques. In BAILLY, ANTOINE; SCARIATI, RENATO (coord.) – *L'Humanisme en Géographie*. Anthropos, Ed. Economica, Paris: 23-39.
- FORTUNA, C. (1991) – Nem Cila nem Caribdis: somos todos translocais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32: 267-279.
- FRÉMONT, A. (1980) – *A Região, Espaço Vivido*. Livraria Almedina, Coimbra.
- FRIEDMAN, T. L. (2000) – *Compreender a Globalização. O Lexus e a Oliveira*. Quetzal Editores, Lisboa.
- GARNIER, J-P. (1986) – L'espace médiatique: un nouveau lieu pour l'imaginaire social. In AURIAC, FRANCK; BRUNET, ROGER et al. (coord.), *Espaces, Jeux et Enjeux*. Fondation Diderot, Paris: 113-28.

- GELLNER, E. (1993) – *Nações e Nacionalismo*. Gradiva, (edição original: 1983), Lisboa.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1975) – *Raça e História*. Editorial Presença, 2.<sup>a</sup> edição, (edição original: 1952), Lisboa.
- PATRÍCIO, M. C. (2002) – *Espaços de Identidade e Percepção em Áreas de Fronteira (O Caso de Trás-os-Montes)*. FLUL, Lisboa.
- PAUL-LÉVY, F.; SEGAUD, M. (1983) – *L'Anthropologie de l'Espace*. Centre Georges Pompidou, Paris.
- SÉNÉCAL, G. (1992) – Aspects de l'imaginaire spatial: identité ou fin des territoires? *Annales de Géographie*, CI.<sup>e</sup> Année, 63: 28-42.
- SILVANO, F. (2001) – *Antropologia do Espaço. Uma Introdução*. Celta Editora, Oeiras.
- TORGA, M. (1983) – *Diário XIII*. Edições de Autor, (3.<sup>a</sup> edição), Coimbra.
- TUAN, Y.F. (1980) – *Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*. Difel, S. Paulo.